

ATA DE ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA REALIZADA EM
26 E 27 DE MARÇO DE 2009

5 Assembleia Ordinária ocorrida aos vinte seis dias do mês de março de 2009, às
6 13:30h em primeira convocação, com número necessário de conselheiros
7 presentes, no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção
8 Social – 5º andar – SETP. Na ocasião estiveram reunidos os componentes do
9 **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS** – conforme convocação
10 prévia. **Representantes Governamentais presentes:** Paulo César Langer
11 (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Denise
12 Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção
13 Social – SETP); Ana Paula Gonçalves (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e
14 Promoção Social – SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado do
15 Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Kellen Cristina Dalcin (Secretaria de
16 Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Eliana de Almeida Cezar
17 (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Solange
18 Fernandes (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP);
19 Lucia Tureck (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social –
20 SETP); Izabel Cristina Marques (Procuradoria Geral do Estado); Ironi de Rocio Vieira
21 de Camargo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social –
22 SETP); **Representantes da Sociedade Civil presentes:** Edenilse de Fátima do
23 Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança);
24 Teresinha Maria Wolf (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); Vera
25 Regina Buss Taborda (Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV);
26 Angelina Beatriz da Silva de Lima (Associação de Moradores da Comunidade do
27 Prado Velho); Francisco Arnaldo Fernandes (Associação de Moradores de Umuarama
28 – CAMUR); Cristiane Meyer (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); José
29 Cícero dos Santos (Associação de Moradores do Conjunto Mendes); Roseli Teresinha
30 Gass (Núcleo Regional de Serviço Social – NUCRESS – Toledo); Ozimara Ferreira
31 Mello (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cecília do Pavão);
32 Neide Poltronieri (Associação Medianeirense de Surdos e Fissurados); Kleber
33 Rodrigo Durat (Programa de Voluntariado Paranaense); Ronan César da Silva
34 (APADEFI); Ivania Nogueira Barbuio (Associação para o Desenvolvimento da Mulher
35 de Ribeirão Claro); **Convidados e Ouvintes:** Edenilso Maia (G. Senador Flávio
36 Arns); Nadia Elias Salgado (COGEMAS/PR); Bernadete D. Schenatto (Secretaria de
37 Estado da Educação – SEED); Kelli Albanese (Secretaria de Estado do Trabalho,
38 Emprego e Promoção Social – SETP); Sandra Mancino (Ministério Público). As
39 atividades das Comissões desenvolveram-se por toda a tarde, com a elaboração
40 das respectivas sínteses. **Assembleia Ordinária CEAS/PR- 27/03/2009.** Aos
41 vinte sete dias do mês de março de 2009, às 08:30h em primeira convocação, com
42 número necessário de conselheiros presentes, no Auditório da Secretaria de Estado
43 do Trabalho, Emprego e Promoção Social – 5º andar – SETP, Curitiba-PR, foi dada
44 início à Assembleia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência Social-**
45 **CEAS/PR**, presidida pela **Conselheira Presidente Roseli Teresinha Gass**, onde
46 deu boas vindas a todos, justificando sua ausência no primeiro dia da reunião,
47 tendo em vista o falecimento de uma colega de trabalho, solicitando a condição de
48 respeito ao horário determinado da reuniões. **Apreciação e aprovação da pauta.**
49 Em seguida procedeu-se a leitura da pauta, que consistia em: 1. Abertura; 2.
50 Apreciação e aprovação da pauta; 3. Apreciação e aprovação da ata da reunião
51 ordinária de 07/11/2008, 10/12/2008 (ordinária e extraordinária); 4. Informes da
52 Secretaria Executiva; 5. Relatórios das Comissões; 6. Constituição da Comissão
53 Temporária para organização da VIII Conferência Estadual de Assistência Social e

54definição das datas; 7. Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão
55Estadual/2008; 8. Apresentação dos roteiros dos Instrumentos de Gestão; 9.
56Programa Bolsa Família – PBF; 9.1 – Plano de Ação; 9.2 – Indicação de
57representantes para a Comissão Estadual Intersetorial do PBF; 10. Programa de
58Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; 10.1 – Constituição de Comissão Estadual do
59PETI; 11. Indicação de 02 conselheiros(as) da sociedade civil e 01 conselheiro(a)
60governamental para participação na Reunião Ampliada do CNAS em Brasília nos
61dias 13 e 14 de abril; 12. Informes Gerais: 12.1 – Comissão Intergestores Bipartite –
62CIB e Comissão Intergestores Tripartite – CIT; 12.2 – Reunião com Escritórios
63Regionais da SETP sobre monitoramento; 12.3 – Informes Conselheiros e
64Convidados; 13. Encerramento. A **Conselheira Presidente** solicitou para ser
65acrescentado nos informes gerais, os pontos referentes à discussão sobre a data da
66próxima reunião e indicação do novo Presidente, pois de acordo com o Regimento
67Interno o mandato é de 1 ano, porém pode-se indicar após um ano um novo
68presidente e a Sociedade Civil já está discutindo a possibilidade de fazê-lo, visto
69não ter interesse de continuar, dividindo com outros Conselheiros essa experiência,
70enquanto Presidente do CEAS. A **Conselheira Vice-Presidente Denise**, saudou a
71todos desejando um feliz 2009. Solicitou uma inversão do ponto de pauta, no que
72trata da apresentação dos Roteiros dos Instrumentos de Gestão, visto que a
73Técnica Renata que iria apresenta-lo, gostaria de se retirar mais cedo, devido seu
74casamento ser no dia seguinte, cumprimentando a técnica, pela sua aprovação no
75Concurso Público da Prefeitura de Curitiba. Em apreciação **APROVADO** a pauta.
76**Apreciação e aprovação das atas:** Em apreciação a ata da Reunião Ordinária do
77dia 07/11/2008 **APROVADA**, das Reuniões Ordinária e Extraordinária (Regimento
78Interno) do dia 10/12/2008 **APROVADAS. Informes da Secretaria Executiva.** A
79Secretária Executiva Regina Amasiles Rodrigues Costa, cumprimenta a todos, e
80informou o recebimento: □ Do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
81Fome, Of. Circular nº. 002/09, dirigido aos Conselhos Municipais, Estaduais e do
82Distrito Federal de Assistência Social, contendo uma carta de apoio ao
83levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.
84□ De Francisco Beltrão, email da Conselheira Inês Roseli justificando sua ausência
85na presente reunião, tendo em vista ter assumido compromissos de participação no
86Conselho de Administração e Diretoria Executiva das APAES do Paraná, na cidade
87de Porto Rico. Ressalta a Secretária Regina, que a Conselheira Inês Roseli,
88questiona a Secretaria Executiva no sentido de quando ocorrerem mudanças de
89datas nas Assembleias Ordinárias do CEAS, que os Conselheiros fossem consultados
90se concordam ou não com a data determinada. Enfatiza, porém, que fica difícil
91consultar cada um, porque todos tem seus compromissos particulares, e enquanto
92Secretaria Executiva há a necessidade de se prender a questões administrativas,
93como o agendamento do local das reuniões. A **Conselheira Presidente** sugeriu
94que seja enviado um ofício a Conselheira Inês Roseli, que na impossibilidade de sua
95presença na Reunião, encaminhe seu suplente. Continuou a **Secretária Regina:** □
96Do MDS Of. Circular nº. 15 dirigido à Sra. Presidente do Conselho, comunicando a
97transferência de recursos para o Fundo Estadual no valor de R\$ 85.683,57,
98referente ao Índice de Gestão Descentralizada Estadual – IGDE. □ Of. nº. 234/09
99procedente do Juízo de Direito da Comarca de Campina da Lagoa, referente ao
100menor abrigado. Este documento é uma cópia daquele já enviado ao Sr. Secretário,
101e é dirigido também à Presidência do CEAS. □ Of. nº. 0071/09 do Gabinete do Sr.
102Secretário de Estado do Trabalho Nelson Garcia, procedendo a substituição de 2
103representantes desta Secretaria. São eles: **Eliana de Almeida Cezar e José**
104**Fernando Eberhardt** respectivamente, como titular e suplente. □ Recebimento do
105compêndio: “Mapa do Trabalho Infante – Juvenil no Paraná” da parte do Sr.
106Secretário Nelson Garcia, encaminhados pela Secretaria Executiva a todos os

107 Conselhos Estaduais do Brasil, aos 399 Conselhos Municipais, acompanhados de
108 Ofício. □ Ofício nº. 003/09, da Presidência do CNAS encaminhando as Cartilhas 1 e 2
109 que apresentam orientações acerca do papel dos Conselhos no controle social da
110 Política Pública da Assistência Social e implicações do SUAS na gestão
111 descentralizada na atuação dos Conselhos. O número de Cartilhas foi definido,
112 considerando o número total de participantes no Projeto das Reuniões Ampliadas
113 enviado ao CNAS. □ Of. Circular nº. 01/09 assinado pela Presidente do CMAS de
114 Curitiba, informando sobre a realização do processo de eleição da Sociedade Civil
115 do CMAS – Biênio 2010/2011. □ Do NUCLEAS da parte da Sra. Vice-Presidente do
116 CEAS, Denise Colin, cópia da Memória da 83ª Reunião da Comissão Intergestores
117 Tripartite realizada em 13/02/09, em Brasília. □ Relatório da Escola Municipal
118 Cecília Meireles – Ensino Fundamental, de Corumbataí do Sul dirigido ao CEAS. □
119 Justificativa repassada da Conselheira Presidente Roseli, referente a sua falta no
120 primeiro dia dessa assembléia, motivada por falecimento de pessoa de seu
121 convívio. □ Of. nº. 005/09 procedente do Conselho Municipal de Assistência Social
122 de Campo Mourão, assinado pelo seu Presidente José Cícero dos Santos
123 questionando quais as providências que deverão ser tomadas, com relação às
124 Entidades de abrigamento tendo em vista que as mesmas não possuem equipe
125 técnica mínima para seu funcionamento; □ Justificativa da **Conselheira Denise**
126 **Fank** e de sua suplente, por compromissos inadiáveis assumidos junto a sua
127 Entidade; □ Justificativa de ausência do Conselheiro Representante da Secretaria de
128 Estado da Criança e Juventude por estar a serviço desta pasta em Umuarama bem
129 como seu suplente por estar participando de um evento em Salvador.
130 **Apresentação dos Roteiros dos instrumentos de Gestão: A Técnica Renata**
131 primeiramente fez uma contextualização de como foi o processo dos roteiros dos
132 instrumentos de Gestão e agradeceu a contribuição dos Conselheiros que fizeram
133 sugestões. Apresentou o Sistema que estará disponibilizado no site da SETP,
134 explicando detalhadamente cada item, onde foram sanadas algumas dúvidas. Em
135 apreciação: ficam **APROVADOS** os roteiros dos instrumentos de Gestão. A
136 **Conselheira Presidente** registrou a presença da **Sra. Bernadete Dalmolin** da
137 Secretaria de Estado da Educação, a qual tem a possibilidade de ser nova
138 Conselheira no CEAS e esta justificou a ausência da **Conselheira Maria Solineide**
139 que está viajando. **Relatórios das Comissões:** □ **Comissão de Articulação e**
140 **Mobilização.** A **Conselheira Lúcia**, falou sobre a Reunião Ampliada do CEAS/PR
141 sobre controle social: **Palestrante:** Dra. Márcia Lopes – terá a fala principal na
142 mesa, 1. No período da manhã – a orientação seria sobre quais os mecanismos no
143 SUAS que efetivam o Controle Social, favorecendo preferencialmente a participação
144 dos Conselheiros Municipais não Governamentais sendo as vagas distribuídas da
145 seguinte forma: * 399 participantes da Sociedade Civil; * 30 participantes do CEAS;
146 * 114 Governamentais; * 18 FOREAS; * 18 Escritório Regional; * 21 Convidados; Os
147 conselheiros Estaduais, os representantes do FOREAS e os representantes dos
148 Escritórios Regionais terão responsabilidade de multiplicarem as reuniões
149 ampliadas regionais. A **Conselheira Solange** colocou que se faz necessário sair do
150 CEAS Ofícios à Márcia Lopes e representante do CNAS para participarem como
151 palestrantes no evento. Informou ainda que o local do evento está sendo definido
152 por processo licitatório. Sobre a Reunião Ampliada do CNAS (13 e 14 de abril), a
153 **Conselheira Solange** explicou que foi recebido um Ofício do CNAS, constando que
154 o Paraná teria 28 vagas para participar da Reunião Ampliada, que deverá acontecer
155 nos dias 13 e 14 de abril em Brasília. Havia a necessidade de distribuir essas vagas
156 no Estado. Os critérios utilizados para tal escolha foram: - Regiões com mais de 30
157 Municípios (duas vagas), um governamental e outro não governamental; com
158 menos de 30 Municípios 1 vaga, 3 vagas para o CEAS, 2 para técnicos da SETP e 2
159 para o FOREAS. Enfatizou que o Paraná não preencheu todas as vagas, dos

160Municípios foram recebidas apenas 06 inscrições, e ressalta que todas as despesas
161deverão ser pagas pela Entidade ou Município. Dos Conselheiros do CEAS está
162sendo pleiteada a possibilidade da SETP custear as despesas. Algumas discussões
163foram realizadas referentes a participação de Conselheiros em eventos Municipais e
164Estaduais. A **Conselheira Ozimara** lembrou que em reunião passada foi discutido
165a respeito dos recursos que o Estado teria que disponibilizar para estar oferecendo
166essa Reunião Ampliada, visto que era uma determinação do CNAS. A **Conselheira**
167**Vice-Presidente** colocou que são vários as manifestações dos Conselhos
168Estaduais, e cabe ao CEAS uma manifestação oficial, porém em ofício recebido do
169CNAS deixaram em aberto essa questão de recursos, argumentando que não tem
170condições de financiar todo o país. Deveria haver também uma manifestação por
171parte do CEAS/PR quanto às determinações do CNAS que nunca são consultadas. A
172**Conselheira Presidente Roseli** questionou se na Reunião Ampliada do Estado
173haverá recursos da União. A **Conselheira Denise** esclareceu sobre a autorização
174de que o recurso repassado através do Pacto de Aprimoramento da Gestão possa
175ser utilizado para esta ação, no entanto se a opção for essa, deixará de ter recursos
176para outras ações do Pacto. Sugeriu que seja deliberado pelo Conselho a tentativa
177de negociação e ampliação do prazo, no qual possa se discutir um processo de
178mobilização. A **Conselheira Presidente** colocou que seria importante o CEAS fazer
179uma manifestação sobre o não custeio das despesas. Sobre esse encaminhamento,
180**APROVADO**; Continuou a **Conselheira Lúcia** relatando sobre os **Encontros**
181**Regionais com Prefeitos e Gestores**: Serão organizados por Associação dos
182Municípios com a participação: * Prefeito; * Gestor da Política da Associação Social;
183* Técnico ligado a área de Assistência Social; * 1 técnico da área de trabalho; * 1
184técnico da área de segurança alimentar e nutricional. À tarde os grupos serão
185divididos por políticas. Encaminhamento de convite por parte da Associação dos
186Municípios da Região para os prefeitos. Ofício encaminhado pelo CEAS para os
187gestores municipais, com efeito de mobilização junto aos prefeitos e aos outros
188técnicos convidados. Sendo assim, este Conselho estará acompanhando a
189participação dos Municípios neste evento por força da representação regional da
190Sociedade Civil, observando o comprometimento político de cada gestor. - **Fluxo**.
191Ofício do CEAS com as assinaturas eletrônicas da Presidência encaminhados por
192expresso aos Escritórios Regionais que imprimam e protocolam para envio aos
193Municípios. O **Conselheiro José Cicero** questionou sobre a participação do CEAS
194apenas com o papel de informar e convidar para o evento. A **Conselheira Lúcia**
195colocou que não há nenhum impedimento de que o Conselheiro da Região participe,
196e em seguida formalize o convite. A **Conselheira Jucimeri** colocou que em
197relação ao Encontro de Gestores a avaliação é que, nem sempre os Prefeitos e
198Secretários acompanham encontros dessa natureza. Por isso, fica limitada, a
199participação do Conselho, pois é um Encontro para Prefeitos e Gestores realizado
200pelo Órgão Gestor, por isso enquanto Conselho, a única estratégia é encaminhar
201uma carta de mobilização, dizendo da importância desse evento, que este Conselho
202é composto por representações das Regionais, que entende-se a participação de
203Prefeitos e Secretários como demonstração de compromisso e a priorização dessa
204política, porém no sentido de sensibilização. A **Conselheira Lúcia** discordou,
205dizendo que é de fundamental importância e não há problema da participação dos
206Conselheiros. A **Conselheira Jucimeri** esclareceu que não discorda da importância
207da participação, porém não há a possibilidade da SETP bancar todas as despesas
208por isso é limitado, no entanto fica aberta a participação dentro das possibilidades
209do Conselheiro. Sobre o **Plano Estadual de Capacitação** relatou a **Conselheira**
210**Lúcia** que o plano tem a característica de ações continuadas para Conselheiros,
211técnicos e Gestores da Assistência Social, com finalidade de capacitação dos atores
212municipais, e está vinculado ao monitoramento do SUAS. A concepção do plano traz

213diretrizes e objetivos que não se modificam contendo ações que se modificam a
214curto, médio e longo prazo. Será encaminhada aos Conselheiros Estaduais a última
215versão do plano para análise e sugestões, com expectativa de aprovação na
216próxima reunião no mês de abril. Colocou a **Conselheira Jucimeri** que as diretrizes
217e estratégias do Plano foram submetidas à apreciação coletiva no Seminário de
218Gestão de Trabalho no SUAS, embora não ocorressem participações significativas,
219houve um avanço na construção do Plano, onde se mantêm as perspectivas das
220diretrizes, que ele segue continuado, permanente, regionalizado, garantindo as
221especificidades para quem é gestor, trabalhador e Conselheiro. Lembrou que uma
222das principais deliberações a ser realizada pelo Conselho este ano será o Plano de
223Capacitação. Foram efetuadas reuniões com as Universidades Estaduais no
224Seminário de Gestão, onde foram avaliados as possibilidades de envolvimento das
225Universidades nas capacitações, com dois formatos: - contratação de uma equipe
226de referência que façam as capacitações nas regiões; - contratação de executoras
227que faça em reunião com a SETI essa capacitação, modelo esse a ser adotado nas
228Capacitações Estaduais. Devido a lacuna existente na formação e exercício
229profissional, está sendo negociado com a Secretaria a indicação de professores,
230vinculando com os cursos de Serviço Social, visto que é o curso que mais produz
231conhecimento nessa política e nos locais onde não possui o curso, terá que ser
232pensado uma forma das Universidades Estaduais cobrirem a abrangência do
233território. Também está sendo negociado com a SETI, para que a Universidade
234possa assumir o local e o pagamento de horas, sendo pensado em regionalizar a
235abrangência por Universidade, priorizando Municípios habilitados em termos de
236número de participantes, sem tirar a participação de Municípios que não estão
237habilitados. Está sendo previsto a realização de uma reunião com as Universidades
238para a construção do projeto político pedagógico, onde a metodologia seja
239teórico/prática e que os Encontros sejam concentrados em curto prazo; poderão
240também as Universidades fazer publicações conjuntas, bem como articulação de
241iniciativas de ensino/pesquisa/ação, pois nem todas as Universidades priorizam
242conteúdos da política de Assistência Social, visto que o Plano não é apenas para
243executar a Capacitação, mas também fomentar a construção de conhecimento e
244sistematização de práticas. Esse plano será encaminhado aos Conselheiros para
245Contribuições e será aprovado na reunião de abril. A **Conselheira Presidente**
246solicitou aos Conselheiros para apreciarem o plano e encaminharem contribuições
247com prazo até 20/04. A **Conselheira Jucimeri** informou que os Conselheiros
248Estaduais estarão contemplados nas capacitações nas suas Regiões e que está
249sendo mobilizada uma audiência pública referida pelo Dep. Lemos para o dia 12/05,
250para a qual a Comissão sugere que seja feito um debate pleno para proposição da
251pauta, avaliação de participação e indicativo de avanços necessários na política de
252assistência social. Foram levantadas discussões para as próximas reuniões e
253participação na Audiência. **APROVADO.** No dia 27/04 – Reunião Ampliada; dia
25428/04 – Reunião do CEAS (sem atividades das Comissões) e, a reunião de maio
255planejada para os dias 11 e 12, os Conselheiros saem da reunião e irão para a
256Audiência Pública na Assembleia. Sobre o Calendário das Conferências, a
257**Conselheira Lúcia** colocou que as Conferências Municipais, pela Resolução do
258CNAS, vão de 1º de maio a 09 de agosto, as Regionais de 10 de agosto à 18 de
259setembro, a Estadual na 1ª quinzena de outubro e a Nacional do dia 30/11 a 03/12.
260Sobre o Protocolo de Integração de Serviços e Benefícios, que era um ponto de
261pauta para todas as Comissões, a **Conselheira Vice-Presidente** informou que até
262o dia 24 de abril será o prazo para encaminhar as propostas para a CIT, que terão o
263período de maio para coletar todas as informações, sistematizar e preparar o
264material para deliberação na reunião de junho. A sugestão é distribuir o material
265para todos os Conselheiros, equipes do Escritórios Regionais, para que possam

266organizar reuniões do Fórum das suas Regiões e distribuir nos Municípios, para que
267façam discussões, colem informações e encaminhem a SETP até o dia 24/04,
268onde será feita uma sistematização do Estado e encaminhada para o Governo
269Federal. Enfatizou a importância desse material, por isso a necessidade de se
270inserir todas as sugestões de fluxos, referência e contra referência, de plano de
271inserção, de acompanhamento às famílias, pois ele menciona essa exigência,
272porém não traz os modelos. Por isso a SETP solicita aos Municípios que enviem esse
273material para que seja anexado como proposta de adoção desses modelos. Em
274apreciação ficou **APROVADO** o Relatório da Comissão de Comunicação, Articulação
275e Mobilização. Sobre a **Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão**
276**Estadual/2008**, a **Conselheira Denise** informou que já tinha sido elaborado o
277Relatório de Gestão, porém foram recebidos orientações do Tribunal de Contas do
278Estado inserindo outros itens e agora terá que ser feita uma adequação. Por isso
279será apresentado na próxima reunião, visto que é o mesmo relatório a ser enviado
280ao Tribunal de Contas. **Tarde.** A Plenária reiniciou as 13:50hs com o número
281necessário de conselheiros, dando continuidade aos Relatos das Comissões.
282**Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo.** Relatoria
283**Conselheiro José Cícero: 1. Cartilha sobre Financiamento.** O Nucleas já
284organizou uma programática, disponibilizando técnicos para trabalhar com o
285material produzido pelos Conselheiros, agregando outros textos já produzidos. O
286Nucleas também já entrou em contato com o setor jurídico para definir a forma de
287pagamento do serviço, designando Gisele Tavares, por meio de atividades já
288programadas. A Comissão também discutiu a tiragem do material, analisando como
289ideal 3.000 exemplares. **2. Nota Técnica do MDS sobre saldos financeiros.** A
290Comissão analisou a nota expedida pelo MDS, retomando também as discussões
291contidas na nota elaborada pela CGM, do ano de 2008. A Comissão sugeriu que os
292Conselheiros discutam a nota em suas regiões. **3. Proposta Piso Básico de**
293**Transição.** A **Conselheira Kellen** explicou na Comissão sobre a trajetória de
294composição do Piso de Transição, retomando as sugestões apresentadas pela CIT
295para utilização dos recursos. Após a discussão de viabilidade, a Comissão definiu
296algumas sugestões e encaminhamentos: 1) Quanto de recurso o Paraná recebeu
297por meio do PBT?; 2) Quantos municípios do Paraná recebem financiamento do
298Governo Federal?; 3) Qual é a média anual de gastos de cada CRAS? 4) Fazer uma
299estimativa de quantos municípios (em Gestão Básica ou Plena) poderiam ser
300contemplados? 5) Período de adequação (adesão). Isso contribuirá para que seja
301feita uma proposta de regulação do orçamento e avanço do SUAS. **4. Protocolo de**
302**Integração de serviços e benefícios.** A Comissão sugeriu que seja repassado o
303protocolo aos demais Conselheiros e, principalmente, que seja discutido o seu
304conteúdo nas regiões, ficando para a próxima reunião uma discussão mais
305aprofundada e com sugestões. **5. Apresentação do orçamento aprovado para**
306**2009 e diretrizes para co-financiamento.** A **Conselheira Denise Colin**
307explicou sobre alguns projetos que serão desenvolvidos em 2009. Dentro das
308diretrizes, a Comissão deverá apresentar os serviços que serão financiados pelos
309respectivos eixos listados. A Comissão retomou as deliberações da última
310Conferência Estadual unindo os serviços apresentados nas diretrizes com as
311solicitações apresentadas em 2007, a serem implementadas à curto prazo. As
312ações propostas vem de encontro às deliberações de curto prazo da Conferência
313Estadual, acatando como sugestões dentro da proteção social especial, construção
314de CREAS, com destaque para algumas especificidades voltadas ao abrigo de
315mulheres vítimas de violência, entre outros. Em se tratando de capacitações,
316contemplar ações voltadas aos trabalhadores dos CREAS, a Gestão de Trabalho e
317indução à habilitação em Gestão Básica e Plena do SUAS. Complementou o
318**Conselheiro Kleber**, que a **Conselheira Denise** apresentou a proposta já

319 aprovada para esse ano e dentro da Comissão foram retomadas as propostas de
320 curto prazo da última Conferência, verificando que dentro dessa proposta está
321 contemplada a maioria das ações. Parabenizou o **Conselheiro José Cicero** pela
322 elaboração do trabalho, pois foi coerente com a proposta da Conferência.
323 Agradeceu a **Conselheira Denise** e lembrou que em cada pasta das Comissões
324 existem cópias do orçamento já aprovado e dos recursos federais que compõem o
325 CEAS. Colocou ainda que o Plano de aplicação terá que incluir os gastos em relação
326 a todos esses recursos, onde o CEAS terá que aprová-lo e depois monitorar e
327 fiscalizar a execução. Esses recursos vieram do IGDE (recurso este para fazer a
328 Gestão do Bolsa Família no Estado), do Pacto de Aprimoramento da Gestão e
329 Projeto de Inclusão Produtiva. Possui também nas pastas a relação das ações por
330 eixo de proteção, porém nem todas as ações listadas serão desencadeadas com
331 recursos do CEAS. Ressaltou ainda que poderá ser estabelecido um prazo de 10
332 dias antes da próxima reunião para além das contribuições que a Comissão
333 apresentou, para que os demais Conselheiros também façam a discussão e
334 apresentem para que seja montado o plano de aplicação e seja aprovado na
335 próxima reunião a utilização dos recursos para cada ação. Complementou a
336 **Conselheira Presidente** que os Conselheiros terão até o dia 17/04 para enviar
337 suas contribuições. Sobre o **Piso Básico de Transição** sugeriu a **Conselheira**
338 **Denise** que as Regiões também façam essa discussão, visto que esse Piso é aquele
339 cujos recursos pagavam os Convênios do antigo LBA com as creches de 0 a 2 anos
340 e com grupos de convivência de sociabilidade para pessoas com deficiência e idosa,
341 porém, os Conselhos Municipais tem a autonomia de rever a sua rede e remanejar
342 esse recurso para outra entidade não governamental ou de execução direta do
343 poder Público Municipal, valor este pré-estabelecido. E a proposta é que havendo
344 uma migração do atendimento da população de 0 a 6 anos para a política de
345 educação e o atendimento de pessoas com deficiência e idosos, fossem
346 encaminhados para o equipamento público CRAS. O MDS elaborou uma proposta
347 preliminar para esses recursos que é um valor monetário de R\$ 265.000,000 por
348 ano, distribuído em 4.608 Municípios e trouxe para discussão na CIT. A redação
349 ficou confusa e fez uma série de vinculações. E a possibilidade é que no final desse
350 mês, na reunião da CIT, apresente-se sugestões. A proposta que foi feita é que ou
351 esse piso viria compor como expansão de CRAS, piso básico fixo para os Municípios
352 que já contêm CRAS ou para os municípios que possuem CRAS instalado mas ainda
353 não está co-financiado pelo Governo Federal, a sugestão é que poderia usar esse
354 recurso para a expansão. Ainda, se o Município não implantou este recurso, viria
355 para o bolo de remanejamento dentro das expansões, porém não se chegou a um
356 consenso das representações das três esferas, ou seja, união, estado e Município;
357 no entanto, abriram a possibilidade de se fazer uma discussão e apresentar uma
358 proposta. Solicitou para os Conselheiros que discutam em suas regiões essa
359 proposta e encaminhem sugestões. Ressaltou ainda que 600 Municípios do Brasil
360 dos 4.608, ainda não fizeram a transição para a política de educação no Brasil. Em
361 apreciação ficou **APROVADO** o Relatório da Comissão de Gerenciamento do Fundo.
362 **Comissão de Políticas Sociais: Relatoria Conselheira Ironi: Portaria n.º 44**
363 **de 19 de fevereiro de 2009**, que estabelece instruções sobre BPC referentes os
364 dispositivos da NOB/SUAS/2005. Indicação da Comissão: para que a CGM encaminhe
365 para os ER's, para que estes encaminhem para os municípios para ciência e
366 providências. **Informe sobre o BPC na Escola:** os Escritórios Regionais da SETP
367 estão sendo orientados para que identifiquem os integrantes dos Grupos Gestores
368 Municipais, retomem as orientações da Capacitação Estadual que ocorreu em 16 e
369 17 de dezembro de 2008 em Curitiba sobre a aplicação do questionário para
370 identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com
371 deficiência, capacitem os municípios que não compareceram e deflagrem o

372 processo de capacitação dos agentes municipais, que realizarão as visitas para
373 preenchimento dos questionários. **Saldos de recursos financeiros:** repassada
374 para a Comissão a nota técnica elaborada a partir de informações do MDS na
375 reunião da CIT de 13 de março de 2009. A CGM repassou para os ER's a nota
376 técnica para orientar os municípios sobre o assunto. Outro assunto abordado na
377 Comissão é que a SETP está compondo grupos de trabalho sobre o Plano de Ação
378 para Comunidades Quilombolas e Indígenas. Está sendo também contratada pela
379 SETP/SETI uma ação que visa integrar ações de assistência social, trabalho e renda,
380 economia solidária, segurança alimentar e nutricional para o desenvolvimento das
381 comunidades tradicionais. Repasse de informações sobre o **Encontro Estadual de**
382 **Capacitação do Projovem Adolescente** que será realizado em Curitiba nos dias
383 13, 14 e 15 de Maio de 2009. **Diretrizes para co-financiamento 2009** A
384 Comissão apreciou o documento. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços,**
385 **Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do SUAS,** entregue cópia
386 aos membros da Comissão, para as devidas ponderações e sugestões, com prazo
387 de 10 dias. As contribuições serão encaminhadas para a CGM, que juntará com às
388 propostas da SETP para envio ao MDS. **Piso Básico de Transição – PBT:**
389 reordenamento dos Serviços: a Comissão entendeu que se faz necessário relacionar
390 os municípios que recebem o PBT e respectivos níveis de gestão, e ainda aqueles
391 que também recebe o Piso Básico Fixo (CGM). Possibilidades discutidas: aqueles
392 municípios que recebem hoje o Piso Básico de Transição e que já também recebem
393 o piso básico fixo – observar se possuem n.º de famílias com renda per capita de
394 até ½ salário mínimo superior ao n.º de famílias já referenciadas pelo CRAS. Nesse
395 caso, o Piso Básico de Transição poderia co-financiar a diferença entre o n.º de
396 famílias já referenciadas com as excedentes. Observar se o município está
397 utilizando o PBT na sua totalidade. - Município em gestão inicial: estabelecer um
398 prazo de X meses para transição para habilitação (com plano de providências), após
399 o qual perderia o PBT (aos moldes da transição do Agente Jovem/Projovem); -
400 **Sugestão:** não transformar em Piso Básico Variável, mais sim que o piso incentive
401 a oferta de ações socioeducativas de apoio à família, nos moldes da Portaria
402 MDS/GM n.º 460/07. A transferência de recursos do co-financiamento federal do
403 Piso ser condicionada à demonstração do adequado funcionamento do CRAS, por
404 meio do preenchimento anual da ficha de monitoramento. Em apreciação fica
405 **APROVADO** o Relatório da Comissão de Políticas Sociais. **Comissão de**
406 **Documentação e rede assistencial relatoria Conselheira Cristiane: 1.**
407 **Retorno da reunião com Copel, Sanepar, Corpo de Bombeiros, PGE, SESA e**
408 **Ministério Público sobre o cadastro de entidades na SETP:** A Comissão
409 retomou o conteúdo do relatório, o qual foi encaminhado aos conselheiros via
410 correio eletrônico, e com base nos acordos realizados na referida Reunião; tendo
411 em vista que os mesmos não tiveram retorno até o presente momento, a Comissão
412 sugere que sejam feitas novas solicitações aos órgãos competentes, sendo eles: -
413 levantamento junto ao CNAS de todas as entidades do estado do PR que possuem o
414 CEBAS, para que seja feita a compatibilização de dados com o cadastro de
415 entidades da SETP constando neste relatório o período de vigência do certificado; -
416 levantamento de todas as entidades pertencentes à política de saúde e de
417 educação presentes no cadastro de entidades da SETP; - levantamento da relação
418 de todas as entidades inseridas no cadastro de entidades da SETP constando o
419 período de vigência; - consulta formal à PGE no que tange a possibilidade de
420 elaboração de lei específica para regulamentação do cadastro e articulação dos
421 benefícios concedidos pelos respectivos órgãos estaduais. Cabe ressaltar que foi
422 solicitado ao CNAS a referida documentação, mas não houve retorno, também foi
423 solicitado ao Núcleo de Informática da SETP, o levantamento das entidades com
424 período de vigência, e informado que de momento não seria possível fornecer os

425 dados devido ao excesso de trabalho. Quanto a solicitação à PGE, primeiramente foi
426 consultada a Assessoria Jurídica da SETP quanto à viabilidade da solicitação, e com
427 retorno positivo de tal consulta, foi encaminhado todo o processo para a PGE. Até o
428 presente momento não houve retorno. **2. Ofício n.º 05/2008 do CMAS de**
429 **Ivaiporã, solicitando esclarecimento de dúvidas referente ao cadastro de**
430 **entidades:** O CMAS de Ivaiporã solicita orientação no que tange ao registro de
431 instituições privadas de educação e se é correto o Conselho estar cadastrando
432 somente os serviços, programas, projetos socioassistenciais voltados ao público
433 alvo da assistência social e não cadastrando a entidade. A Comissão sugere que
434 seja encaminhado cópia do decreto nº. 6.308/07 e a nota técnica do CEAS sobre
435 cadastro de entidades nos CMAS, que respaldam os procedimentos adotados pelo
436 CMAS. **3. Processo nº 7.076.569-1 da Associação de Amigos dos Idosos**
437 **“Viva a vida na Terceira Idade”:** Considerando que até o presente momento
438 não houve retorno da entidade, do CMAS de Castro e do Ministério Público (comarca
439 de Castro), e conforme definido na última reunião do CEAS, deve-se encaminhar um
440 novo ofício à entidade reiterando a solicitação do ofício n. 061/08 datado de
441 20/11/2008, com prazo de 10 dias para retorno e informando que não havendo
442 resposta o processo será arquivado. **4. Resolução CNAS n.º 096/08, referente**
443 **ao art. 3º da LOAS; Resolução CNAS n.º 022/09, referente inscrição e**
444 **certificação de entidades:** A Comissão identificou que a resolução n. 22/09 do
445 CNAS, dá nova redação à resolução n. 096/08 considerando que a Câmara dos
446 Deputados em 10 de fevereiro de 2009 rejeitou a medida provisória nº. 446.
447 Analisando a Resolução 22/09, verificou-se que não está claro no inciso II do artigo
448 1º se para a concessão do CEBAS a entidade necessita estar cadastrada no
449 Conselho Municipal da respectiva política pública, visto que apresenta que compete
450 aos conselhos e/ou órgãos municipais competentes o controle social e o
451 credenciamento. As entidades que não se enquadram podem se registrar e pleitear
452 o CEBAS diretamente no CNAS dispensada inscrição no CMAS e CAS/ DF, a dúvida
453 que foi levantada pela comissão é se o credenciamento nos conselhos/ órgão
454 municipais competentes é pré requisito ou não para a solicitação do CEBAS.
455 **Encaminhamentos:** solicitar ao CNAS esclarecimento do inciso II do artigo 1º da
456 resolução 22/09 e após o retorno do CNAS, o CEAS deverá estar elaborando uma
457 nota informativa para os municípios. **5. Protocolo de Integração de serviços e**
458 **benefícios:** Sugere-se que deve ser fornecida uma cópia do documento para cada
459 conselheiro e definido um prazo para que sejam apresentadas as sugestões de
460 alteração e havendo prazo hábil seja ponto de discussão nas comissões na próxima
461 reunião. **6. Diretrizes para co-financiamento 2009:** Apreciado pela comissão,
462 não foi apresentado nenhum encaminhamento. Em apreciação ficou **APROVADO** o
463 relatório da Comissão de Documentação e rede Assistencial. **Constituição da**
464 **Comissão Temporária para Organização da VIII Conferência Estadual de**
465 **assistência Social e definição das datas.** No período do almoço os Conselheiros
466 reuniram-se para discutir sobre este ponto de pauta e indicaram os seguintes
467 **Conselheiros da Sociedade Civil: Kleber, Vera, Ozimara e Cristiane;**
468 **Conselheiros Governamentais: Denise, Solange, Maria Solineide, Lucia e a**
469 **fiscalizadora Sandra Mancino.** Foram sugeridas propostas de datas para
470 Conferência, sendo a Conferência Municipal de 01/05 a 09/08; Conferência Regional
471 de 10/08 a 18/09; Conferência Estadual de 05 e 06/10 ou até 16/10 e a Conferência
472 Nacional de 30/11 a 03/12. Em apreciação ficou **APROVADO. Programa Bolsa**
473 **Família.** A **Conselheira Ironi**, apresentou o plano de ação do Programa. Lembrou
474 a **Conselheira Presidente** da necessidade de indicação de representantes para
475 assumir a Comissão Estadual do Bolsa Família Estado. Ressaltou a **Conselheira**
476 **Ironi**, que foi feita uma consulta ao Ministério Público, da possibilidade de ser
477 apenas uma Comissão assumir o Programa Bolsa Família e o PETI, visto que órgãos

que os compõem e os representantes são os mesmos. O Ministério respondeu que fica a critério do Conselho e a ideia é que essa Comissão já fosse a Comissão do Conselho Estadual. Após discussões, ficou **APROVADO** que a Comissão de Políticas Sociais assuma as referidas Comissões Estaduais. **Indicação de 02 Conselheiros da Sociedade Civil e 01 Conselheiro Governamental para participação na Reunião Ampliada do CNAS em Brasília nos dias 13 e 14 de abril.** Também foi discutido no período do almoço e os indicados foram **Conselheiro Francisco** e **Conselheira Cristiane** e como **suplente Conselheira Edenilse** representantes da Sociedade Civil e **Conselheira Solange** como representante governamental. Em apreciação ficou **APROVADO. Informes Gerais: CIT – A Conselheira Denise** informou que o benefício de prestação continuada possui novas regras, onde inclui o laudo social dos assistentes sociais exclusivos do INSS, a forma de avaliação de perícia médica adota uma nomenclatura utilizada pela Organização Mundial de Saúde, onde possui níveis de avaliação predefinidos a serem utilizados pelos peritos. Das ações e acompanhamento de beneficiários, será inserido no Protocolo Integrado de benefício e serviços e agora só quem pode conceder e cassar os benefícios é uma autoridade pública instituída pelo Órgão concedente, portanto só técnicos do INSS; será criado um sistema informatizado de preenchimento, desonerando as equipes técnicas das Prefeituras. Informa também que foi discutido uma portaria que acrescenta alguns critérios no Pacto de Aprimoramento de Gestão para recebimento de recursos no IGD do Estado e acrescenta atribuições dos Estados. Esclareceu que os Estados agora terão como atribuição o acompanhamento sistemático do cumprimento das condicionalidades pela área da assistência, saúde e educação e o gestor estadual da assistência é que é responsável por essa mobilização e capacitação. Outro informe refere-se ao parecer técnico sobre análise de um substitutivo do Projeto de Lei que dispõe sobre sistema de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução de medidas destinadas a adolescentes em razão do ato infracional e altera o dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse projeto está em análise na Câmara para regular o Sistema Socioeducativo de Atendimento à Adolescentes, e receberam um substitutivo da Dep. Rita Camata, e esse substitutivo recebeu um parecer do Ministério de Desenvolvimento Social, da Secretaria Nacional de Assistência e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, onde basicamente reveem a competência da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dos Estados, dos Municípios, trata do plano individual do cumprimento das medidas e financiamento do SINASE. Outro informe: **Resultado da expansão de CRAS:** foram selecionados os Municípios com adesão ao PRONAF, onde mapeou as áreas de maior situação de risco, com maior índice de violência e, portanto, uma discussão do Ministério da Justiça e do Ministério do Desenvolvimento Social e de outros Ministérios, para implantação de equipamentos públicos que pudessem ofertar serviços continuados nesses territórios. No Paraná, 6 Municípios identificados e 4 fizeram a adesão (Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo e Fazenda Rio Grande), onde tinham um prazo para preenchimento de módulo informatizado que era até 15 de março, porém o sistema deu uma série de problemas, então prorrogaram esse prazo; já foram comunicados os Escritórios Regionais e agora haverá um acompanhamento da mesma forma que é feito o monitoramento de implantação dos CRAS. No Paraná não tem nenhum Município que não cumpriu com o preenchimento e também cujo o Estado não fez a visita. Informe: A **próxima reunião da CIT** será nos dias 07 e 08 de abril. Informe: Foi discutido o orçamento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde todos os Ministérios sofreram cortes pelo Congresso Nacional e esses cortes foram transformados em ementas parlamentares. Houve uma grande discussão em relação a isso, no sentido de recompor o orçamento dos Ministérios principalmente em relação as políticas sociais e em especial às políticas de

531seguridade social (saúde, assistência e previdência). O Ministério mencionou na CIT,
532que a emendas parlamentares que são destinadas às políticas ou entidades que
533prestam serviços as políticas respectivas sejam liberadas o quanto antes e
534encaminhadas para os respectivos Ministérios para integrarem o Fundo. Pediu
535esclarecimentos a **Conselheira Cristiane** sobre a habilitação dos Municípios.
536Colocou a **Conselheira Lucia** que tem surgido muitos problemas em relação ao
537preenchimento. A **Conselheira Denise** esclareceu que só o Município é que
538consegue abrir e fazer a inserção, porém sugeriu que seja oficializada a dificuldade
539que os Municípios estão encontrando no preenchimento. Em apreciação
540**APROVADO. Reunião com Escritórios Regionais da SETP sobre**
541**Monitoramento.** Informou a **Conselheira Ironi** que o evento será realizado nos
542dia 06, 07 e 08 de abril, onde estão sendo chamados todos os chefes e os técnicos
543da área de Assistência Social dos Escritórios Regionais da SETP, esse é o segundo
544encontro onde será discutido o fluxo do monitoramento. **Informes Conselheiros e**
545**Convidados:** A **Conselheira Presidente** colocou que pelo Regimento Interno
546apesar da Gestão ser de 2 anos, a Eleição de Presidente e Vice-Presidente poderá
547ser anual, porém não diz se poderá haver uma recondução, por isso por sugestão
548da Sociedade Civil é de vontade que se reconheça o erro e revise já na presente
549reunião. Em votação ficou **APROVADO** a inclusão de redação no Regimento
550Interno, onde em maio deve-se indicar o novo Presidente. Continuou a
551**Conselheira Presidente** questionando se os Conselheiros da Sociedade Civil ao
552indicarem o novo presidente, precisarão vir a reunião do Conselho. Esclareceu a
553**Conselheira Denise** que precisarão vir, pois a Mesa Diretora terá que ser indicada
554pelos seus membros. A **Conselheira Presidente** colocou que na próxima reunião
555os candidatos possam estar se indicando, para que em maio seja feita a eleição do
556novo Presidente da Sociedade Civil. A **Conselheira Lúcia** informou sobre os
557movimentos sociais na região, onde foi informado na imprensa sobre a Cerimônia
558de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, ela terá cinco Campus:
559Laranjeiras do Sul, Realeza, Chapéco, Erechim e Serro Largo. Para a definição de
560cursos, foram feitas discussões coletivas, onde ficaram definidas três áreas
561prioritárias a formação que são: educação, saúde e agricultura, onde está noticiado
562no Jornal do Estado do Paraná. Está sendo definido o local de construção dos
563Campus, e no mês de junho está para sair o edital para contratação de 500 vagas
564para professores, 400 técnicos administrativos, tendo vagas para aproximadamente
56510 mil alunos nos cinco Campus. É uma vitória para os movimentos sociais. Outro
566informe foi sobre um acontecimento que se deu em Toledo, onde ocorreu um
567descaso por parte da Organização do Concurso público em relação a pessoas com
568deficiências, houve erro no edital e nos procedimentos. Houve uma mobilização na
569Prefeitura, onde o Ministério Público esteve presente e foi um vitória bastante
570significativa. O **Conselheiro Cicero** solicitou à Secretaria Executiva para dar uma
571resposta por escrito ao Conselho Municipal de Campo Mourão e a SETP em
572providenciar uma rampa para deficientes físicos. A **Conselheira Jucimeri** lembrou
573que o CEAS fez um repúdio para os cursos de serviços social à distância e informou
574que foi feita uma reunião com 30 Universidades do Paraná que oferecem curso
575presenciais, onde adotaram novos procedimentos de fiscalização e orientação sobre
576supervisão direta, já em cumprimento às duas regulamentações federais sobre o
577estágio e sobre a supervisão direta em serviço social. As unidades de ensino
578deverão credenciar os Campus de Estágio com os novos critérios. Comunicou que
579muitos assistentes sociais estão sofrendo ameaças, inclusive de vida, vindas das
580primeiras damas. O profissional pode supervisionar no máximo 3 estagiários de
581serviço social, e a responsabilidade do credenciamento do Campus de estágio é
582tanto do supervisor pedagógico, quanto do supervisor de campo. Será
583desencadeado um processo rígido de fiscalização, não podendo exercer a profissão

584o estudante que não fizer o estágio, para isso pede o apoio dos Conselheiros para
585que esse processo seja desencadeado. Informou também que foram feitas reuniões
586com profissionais da FAS, para discutir o trabalho dos assistentes sociais e
587psicólogos nos CRAS e nos CREAS. A **Conselheira Denise** informou que através da
588ferramenta de Cadastro Único, não era possível o Estado viabilizar ou retirar
589relatórios para analisar determinado Município. A CELEPAR depois de 1 ano de
590negociações, preparou esse material referenciado, onde foram eleitos 5 principais
591indicadores e foram desmembrados 24 informações e em relação a esses dados a
592possibilidade de se fazer um apanhado geral. Foi constituído um grupo de trabalho
593para estudos e atingidos aos 25 indicadores, passa-se para outra fase. A cada 6
594meses a CELEPAR fará a inserção dos novos dados. **Encerramento:** A **Presidente**
595**Roseli** agradeceu a presença dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a
596assembleia ordinária. A presente ata foi digitada por Jucileide Ribas Machado, e
597lavrada por mim, Regina Amasiles Rodrigues Costa, (Secretária Executiva dos
598Conselhos). Depois de lida aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos
599Conselheiros presentes nessa reunião.

600